

de quatro pessoas requer um salário mínimo real de R\$2.383,28, segundo o DIEESE, única instituição a realizar medição desse naípe. Aí poderá comer, beber, vestir, morar, locomover-se ao trabalho, educar-se, comprar remédios. A classe média brasileira, pela medição oficial, preenche apenas 70% do requisito básico do DIEESE. Nem sequer o básico em seu todo foi ainda alcançado. Certas mercadorias ficarão de fora, sem espaço para a vaidade ou o mero desejo. Porém, embora a limitação, já esteve pior.

O que viabilizou essa recuperação foi uma série de políticas públicas de rendas de fisionomia redistributiva e amenizante do cruento embate no capitalismo brasileiro, na repartição da renda nacional, no qual uma pequena parcela enriquecida da população, que abrange 10% dessa, abarca o grosso da renda, levando perto de 50% dos rendimentos de um trabalho que é social. Os restantes 50% se dividem entre os outros 90% da população. Esta é a razão pela qual a média oficial do IBGE é tão reduzida, tão rasa ao chão. A pobreza em larga escala atrai a média para si. Mostra o quanto a maioria da população trabalhadora resiste ainda privada dos direitos mínimos de um existir humano.

A sistemática elevação do salário mínimo acima da inflação, o programa social de renda mínima, Bolsa Família, para prover as famílias em risco iminente, o reajuste de pensões dos inativos acompanhando o salário mínimo e eliminando gradualmente as faixas que recebem menos de um salário mínimo, a distribuição gratuita de remédios para diabetes e cardíacos aos aposentados, o PROUNI, o SUS com todos os seus escancarados defeitos, representam um conteúdo mínimo, enfeixado pelo Estado, para contrapor a concentração de renda naturalmente provocada pela ação livre das forças sociais de mercado, que pela própria dinâmica exclui milhões de trabalhadores para a vala dos desvalidos, fora do universo do consumo mínimo humano.

O que se infere é que o capitalismo brasileiro foi amparado pelo Estado num amplo programa de reformas sociais concentrado na promoção do consumo. Como se o Estado do Bem Estar Social, implementado na Europa desde o pós II Guerra, tivesse sido somente descoberto recentemente nessas terras tropicais, fruto temporão, pelos elaboradores responsáveis pela escrita da política. Essas políticas fizeram com que houvesse um pequeno movimento das classes miseráveis, as ditas classes D e E, a um degrau mais acima, o nível C, que se fez notar pelos milhões de pessoas que ali antes se abrigavam em existências sombrias. Não é o céu, mas é pelo menos o purgatório, inédito para quem largou para trás a quentura das labaredas do inferno. E foi esse consumo interno, proveniente de uma renda adicional mediante políticas públicas, que impulsionou o PIB, principalmente em 2010, então facilitado e impulsionado pelo crédito. A sustentação dessas medidas de arrimo ao capitalismo brasileiro está calçada pelo imposto indireto, incidente sobre a mercadoria, que mediante transferências governamentais se repassa aos trabalhadores. Porém, como a pobreza é não obstante de enormes proporções, teria de haver receita de tributação em sobra, quase do tamanho dela, para resgatar da pobreza os milhões que tombaram por lá. É uma conta sem sensatez de equilíbrio, uma matemática sem meios como fechar ou de desequilíbrio em mera amenização, de um pequeno guindaste, embora robusto, porém sozinho, o Estado todo poderoso a remover para um planalto mais encimado, sem deslizar outra vez para baixo, uma cadeia de montanhas à beira do mar.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.